



Cadernos de Negociação



Número 37 - Janeiro de 2021

GREVES

País registra 649 greves em 2020. Atraso nos pagamentos, reajuste de salários e pisos foram os principais motivos

O SAG (Sistema de Acompanhamento de Greves) do DIEESE registrou 649 greves em 2020: 64% foram organizadas por trabalhadores da esfera privada e 30% pelo funcionalismo público. No ano em que a pandemia do coronavírus somou-se às dificuldades econômicas e políticas, o número representa queda de 42% em relação a 2019.

No setor de serviços privados (326 greves), as mobilizações dos trabalhadores dos transportes (196), que envolvem principalmente os rodoviários dos coletivos urbanos, compuseram a maioria das paralisações – 60% do total. As mobilizações dos trabalhadores de turismo e hospitalidade (53), grupo do qual fazem parte principalmente garis coletores e varredores, vêm em segundo lugar, com 16,3%.

Na indústria privada (89), os metalúrgicos cruzaram os braços 51 vezes – o que equivale a 57% das greves do setor. Os trabalhadores da construção pararam em 15 ocasiões (17%).

Entre as paralisações do funcionalismo público (192 greves), destacam-se as gerais, envolvendo trabalhadores de diversas áreas (58). Houve ainda 55 greves na educação, 42 na saúde e 29 na segurança pública.

Mais da metade das paralisações nas empresas privadas (58%) ocorreu contra o atraso no

pagamento dos salários (inclusive o 13º) e férias. Implantação, reajuste ou regularização dos auxílios (alimentação e assistência médica) foram a segunda motivação, presentes em 29% das mobilizações do setor. Em terceiro lugar, esteve a defesa do emprego, contra a realização de demissões (12%).

No funcionalismo público, 48% das greves mencionam o reajuste dos salários e pisos, com destaque para o descumprimento das datas-bases e dos pisos legais (especialmente entre os professores). O estabelecimento de condições adequadas de trabalho (fornecimento de ferramentas e insumos) e no local de trabalho (banheiros, refeitórios, áreas de repouso) está presente em 29% das mobilizações.

Por que pararam - Brasil, 2020

Reivindicações setor público	nº	%
Reajuste salarial, reajuste do piso	92	47,9
Condições e local de trabalho, ferramentas e insumos	56	29,2
Plano de Cargos e Salários, promoção	49	25,5
Condições de segurança, EPIs, acompanhamento de doenças	33	17,2
Pagamento de vencimentos em atraso: salário, 13º	32	16,7
Realização de concursos	26	13,5

Reivindicações setor privado	nº	%
Pagamento de vencimentos em atraso: salário, férias, 13º, vale salarial	241	57,8
Alimentação e assistência médica	122	29,3
Contra a realização de demissões, pela manutenção do emprego	51	12,2
Condições de segurança, EPIs	48	11,5
Reajuste salarial	46	11,0

Greves e horas paradas - Brasil, 2020

Esferas	Greves	%
Funcionalismo Público	192	29,6
Empresas Estatais	39	6,0
Esfera Privada	417	64,3
Esfera Pública e Privada ⁽¹⁾	1	0,2
Total	649	100

Fonte: DIEESE. SAG - Sistema de Acompanhamento de Greves. Nota: (1) Greves deflagradas conjuntamente por trabalhadores da esfera pública e privada

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

Negociações continuam difíceis em dezembro

Em dezembro de 2020, só 21,6% das negociações resultaram em ganhos reais aos salários. É o segundo pior resultado do ano, melhor apenas que o da data-base novembro, quando apenas 11,3% dos reajustes ficaram acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE).

Porém, dezembro registra o maior percentual de reajustes abaixo da inflação, o que acaba por refletir na pior variação real média do ano (-0,54%).

O desempenho ruim das negociações do final de 2020 ocorre em momento de escalada da inflação, ini-

ciada em julho, e de atividade econômica cambaleante.

Os números podem ser alterados à medida que novos reajustes forem registrados no Sistema Mediador.

Trabalhadores na construção e mobiliário, na indústria da alimentação, metalúrgicos e empregados em serviços de saúde tiveram aumentos reais em mais de 45% dos casos analisados.

Por outro lado, vigilantes e trabalhadores nas comunicações tiveram as maiores incidências de reajustes abaixo do INPC.

Em relação aos pisos salariais, os valores variaram entre R\$ 1.170,25, nas comunicações, e R\$ 1.409,64, nos transportes. A análise considerou apenas o menor valor de piso registrado em cada acordo e convenção coletiva. Uma avaliação segundo funções específicas pode apresentar resultado diferente.

Distribuição dos reajustes e variação real média em comparação com o INPC-IBGE, por data-base - Brasil - 2020

Data-base	Reajustes em comparação com o INPC			Variação real média	Reajustes analisados
	Acima	Igual	Abaixo		
Jan	28,6%	34,3%	37,0%	-0,27%	1.899
Fev	51,3%	19,9%	28,8%	-0,23%	462
Mar	37,6%	38,4%	24,1%	-0,28%	1.243
Abr	34,4%	34,4%	31,1%	-0,04%	485
Mai	42,0%	30,3%	27,7%	-0,09%	3.858
Jun	52,8%	33,7%	13,5%	0,32%	998
Jul	43,0%	27,8%	29,2%	0,07%	626
Ago	34,6%	49,5%	15,9%	0,05%	535
Set	44,2%	38,7%	17,2%	0,06%	652
Out	36,3%	31,0%	32,7%	-0,33%	413
Nov	11,3%	56,2%	32,5%	-0,39%	530
Dez	21,6%	37,8%	40,5%	-0,54%	37
TOTAL	38,5%	34,3%	27,2%	-0,11%	11.738












Fonte: Ministério da Economia. Sistema Mediador

Pisos salariais por categoria - Brasil - 2020

Categoria	Valor médio em R\$
Alimentação	R\$ 1.289,40
Comerciários	R\$ 1.218,06
Comunicações	R\$ 1.170,25
Construção e mobiliário	R\$ 1.363,84
Educação privada	R\$ 1.307,75
Metalúrgicos	R\$ 1.358,23
Químicos	R\$ 1.295,48
Saúde privada	R\$ 1.184,57
Transportes	R\$ 1.409,64
Turismo e hospitalidade	R\$ 1.212,22
Vigilantes	R\$ 1.272,11

Fonte: Ministério da Economia. Sistema Mediador

Como ficaram as negociações na comparação com o INPC/IBGE - Categorias selecionadas - Brasil 2020

ALIMENTAÇÃO		COMERCIÁRIOS		COMUNICAÇÕES		CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO	
	Acima 46,2% Igual 28,7% Abaixo 25,1%		Acima 33,7% Igual 51,3% Abaixo 15,0%		Acima 23,9% Igual 32,3% Abaixo 43,8%		Acima 51,6% Igual 36,3% Abaixo 12,0%
Variação média real - 0,01%		Variação média real 0,02%		Variação média real -0,46%		Variação média real 0,17%	
Total (nº de reajustes) 1.071		Total (nº de reajustes) 1.207		Total (nº de reajustes) 226		Total (nº de reajustes) 1.431	
EDUCAÇÃO PRIVADA		METALÚRGICOS		QUÍMICOS		SAÚDE PRIVADA	
	Acima 22,1% Igual 45,6% Abaixo 32,4%		Acima 46,7% Igual 37,8% Abaixo 15,6%		Acima 30,0% Igual 38,2% Abaixo 31,8%		Acima 46,8% Igual 23,2% Abaixo 30,0%
Variação média real - 0,69%		Variação média real 0,18%		Variação média real -0,36%		Variação média real -0,02%	
Total (nº de reajustes) 68		Total (nº de reajustes) 694		Total (nº de reajustes) 377		Total (nº de reajustes) 504	
TRANSPORTES		TURISMO E HOSPITALIDADE		VIGILANTES			
	Acima 36,0% Igual 27,9% Abaixo 36,1%		Acima 32,2% Igual 32,8% Abaixo 35,0%		Acima 17,4% Igual 34,9% Abaixo 47,7%		
Variação média real -0,33%		Variação média real -0,18%		Variação média real -1,16%			
Total (nº de reajustes) 1.567		Total (nº de reajustes) 1.148		Total (nº de reajustes) 86			

Fonte: Ministério da Economia. Sistema Mediador

MERCADO DE TRABALHO

Covid-19: a cada 48 segundos um profissional da saúde é contaminado

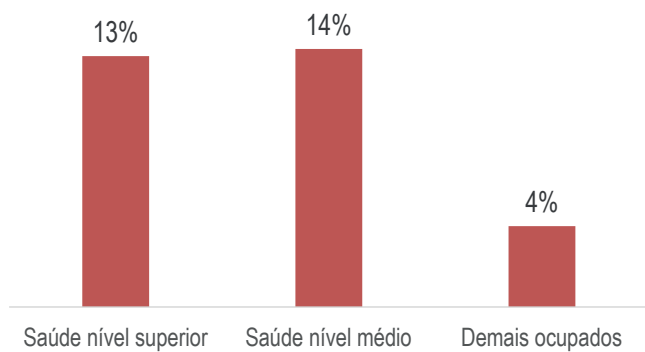
Entre os profissionais que realizam serviços essenciais, os que atuam na área da saúde estão entre os que mais se expuseram a riscos de contágio por covid-19. Em novembro de 2020, havia 3,1 milhões de ocupados na área, a maioria (74%) mulheres. Desse total, 490 mil testaram positivo para a doença. É como se, entre março e novembro, um(a) médico(a) ou enfermeiro(a) fosse contaminado(a) a cada 48 segundos.

Entre os que se infectaram, 13% tinham nível superior e 14%, nível médio. Apesar do reconhecimento conquistado

durante a pandemia, os trabalhadores de nível médio da saúde têm rendimento inferior à média dos profissionais de outras áreas com a mesma escolaridade: R\$ 2.005, contra R\$ 2.111.

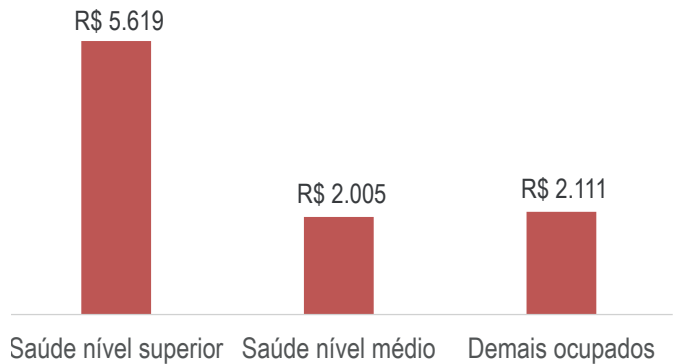
Até novembro, foram mais de 6,3 milhões de casos de covid-19 no país - 3% da população. Entre os trabalhadores, estima-se que 4% dos ocupados testaram positivo para a covid-19, segundo a Pnad-Covid-19 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Percentual de trabalhadores que testaram positivo para covid, por profissão - Brasil - nov 2020



Fonte: IBGE. Pnad Covid. Elaboração: DIEESE

Rendimento médio dos profissionais da saúde e demais ocupados - Brasil - nov 2020



Fonte: IBGE. Pnad Covid. Elaboração: DIEESE

DIREITOS

Sindicatos lutam para garantir formas de preservar a saúde do trabalhador

Desde o início da pandemia, os sindicatos que representam os trabalhadores da saúde, um dos grupos mais expostos ao coronavírus, negociaram, além de cláusulas relativas à Medida Provisória 936, várias disposições que visam preservar a saúde desses profissionais.

EXEMPLOS DE CLÁUSULAS:

TRABALHADORES COM SUSPEITA OU CONTAMINADOS

- A empregadora se compromete a fornecer atendimento médico preliminar, feito por médico do trabalho, aos empregados que apresentarem sintomas respiratórios, independentemente de quadro febril, por meio do serviço de medicina do trabalho. Realizada a avaliação médica, os procedimentos adotados serão:

a) Caso descartada a suspeita de síndrome gripal por teste: o empregado deverá retornar ao trabalho, quando tiver condições de exercer as atividades, sendo reforçadas as orientações sobre higiene pessoal no ambiente de trabalho e uso correto dos EPIs;

b) Caso o empregado seja diagnosticado com uma síndrome gripal: o médico fornecerá atestado de afastamento por pelo menos 14 dias; orientará sobre as práticas de isolamento domiciliar e higiene pessoal; e o encaminhará para a realização de exames - RT-PCR em tempo real para SARS-Cov-2;

b.1) Depois de realizados os procedimentos do item "b", na hipótese de o empregado continuar afebril, sem o uso de antitérmicos e, apresentando melhora clínica por no mínimo 72 horas antes do fim do afastamento e o teste para covid-19 der negativo, ele poderá retornar ao trabalho, utilizando máscara, de forma ininterrupta, durante toda a jornada de trabalho, sendo reforçada a higiene pessoal até

completados 14 dias após o retorno ao trabalho, independentemente da prestação assistencial ao paciente;

b.2) Depois de realizados os procedimentos do item "b", na hipótese de o empregado continuar com os sintomas da síndrome gripal, após findos os 14 dias de afastamento, ele será encaminhado para nova avaliação médica, no setor de medicina do trabalho e, após 14 dias a contar do início dos sintomas, a empresa providenciará o afastamento do funcionário junto ao INSS, a partir do 16º dia;

c) Caso seja diagnosticado com Síndrome Respiratória Aguda Grave - SRAG, o empregado será encaminhado imediatamente a um pronto atendimento, caso tenha plano de saúde ou, para uma UPA, caso não seja acobertado por plano de saúde;

d) A empregadora também oferecerá orientação psicológica para os colaboradores diagnosticados com Síndrome Respiratória Aguda Grave - SRAG, enquanto perdurar o tratamento.

ADOÇÃO DO REGIME DE TELETRABALHO - O presente instrumento autoriza a empresa a adotar o regime de teletrabalho para os empregados cuja presença física não seja essencial ao funcionamento e suporte dos atendimentos médicos, ambulatoriais e hospitalares, bem como qualquer outro setor estratégico/financeiro para manutenção geral da empresa acordante, enquanto perdurar a Estado de Emergência de Saúde em decorrência da pandemia do coronavírus - covid-19 [...].

Parágrafo primeiro: Os trabalhadores colocados em regime de teletrabalho que não possuem em casa os equipamentos e ambiente de rede necessários para o exercício de suas atividades (computadores, softwares, conexão à internet etc.) terão tais equipamentos e ambiente de rede fornecidos pela empresa, sem ônus para o empregado.

Piso do magistério fica sem reajuste em 2021

Em 26/11/2020, o governo federal publicou a Portaria Interministerial nº 3, reduzindo os recursos do Valor Aluno Ano (VAA) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) ainda para o exercício de 2020. O valor mínimo investido por aluno, que era de R\$ 3.643,16, passou para R\$ 3.349,56 (-8,06%). O montante anual previsto para ser gasto caiu de R\$ 172,1 bilhões para R\$ 160,9 bilhões.

É a primeira vez que o VAA é reduzido, impactando o investimento na educação básica. Nesse momento de pandemia e crise econômica e política, em que as desigualdades sociais se aprofundam, seria necessário, no mínimo, manter os investimentos na educação como forma de tentar minimizar o avanço da crise na sociedade.

A medida impacta também o piso salarial profissional nacional, conhecido como piso do magistério, que permaneceu em R\$ 2.886,15, isto é, sem reajuste para 2021, mesmo com a inflação nos últimos 12 meses chegando a 5,45%, puxada pelo grupo alimentação e bebidas.

A lei do piso determina o valor mínimo que um professor de educação básica pública deve receber por uma carga horária de 40 horas semanais. Tem como objetivo valorizar os professores, a fim de tor-

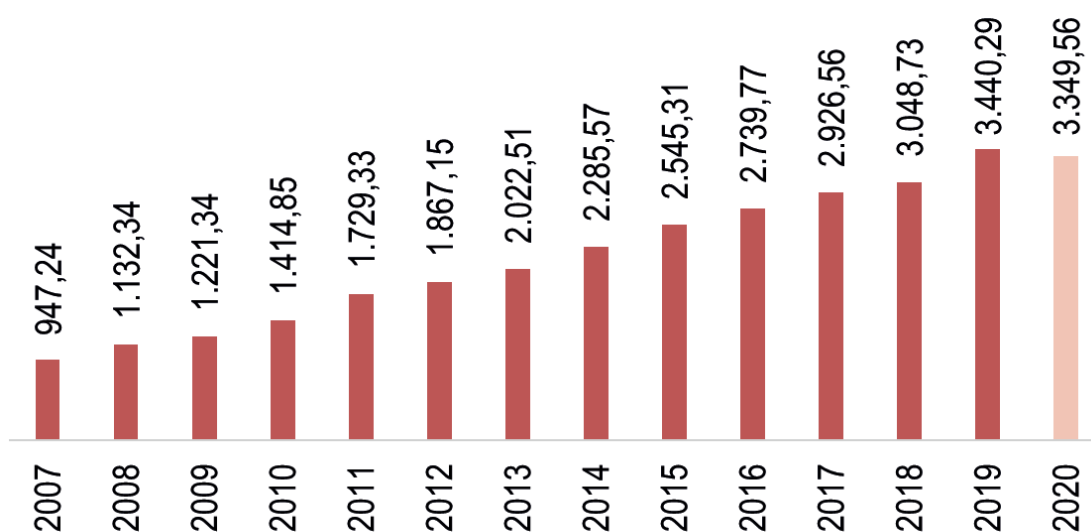
nar a remuneração deles compatível com a dos demais profissionais com o mesmo nível de formação. Hoje, um professor ganha, em média, 35% a menos que os demais profissionais com a mesma escolaridade.

Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do professor da educação básica pública

Ano	Nominal	Reajuste
2009	R\$ 950,00	-
2010	R\$ 1.024,67	7,86%
2011	R\$ 1.187,02	15,84%
2012	R\$ 1.450,86	22,23%
2013	R\$ 1.566,49	7,97%
2014	R\$ 1.696,83	8,32%
2015	R\$ 1.917,53	13,01%
2016	R\$ 2.135,44	11,36%
2017	R\$ 2.298,59	7,64%
2018	R\$ 2.455,35	6,82%
2019	R\$ 2.557,74	4,17%
2020	R\$ 2.886,15	12,84%
2021	R\$ 2.866,15	0,00%

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC

Evolução do Valor Aluno Ano do Fundeb, desde a criação do Fundo, em valores nominais - Brasil (em R\$)



Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC

PREÇOS

Custo da cesta sobe nas 17 capitais pesquisadas em 2020

Entre novembro e dezembro de 2020, o custo da cesta básica aumentou em nove das 17 capitais pesquisadas. Já no ano de 2020, houve alta em todas as 17 cidades. Os produtos que tiveram aumentos em todos os municípios em 2020 foram:

Carne bovina de primeira – a alta ocorreu devido ao intenso ritmo de exportação, principalmente para a China; à baixa disponibilidade de boi gordo no pasto; à elevação nos preços de insumos pecuários importados e de outros, como milho e farelo de soja.

Leite UHT e manteiga: os valores foram pressionados por: baixos estoques nacionais de leite no campo; custos elevados de produção, principalmente dos insumos como soja e milho; alterações no clima - chuvas irregulares e secas extremas.

Arroz: os preços subiram por causa da desvalorização do real diante do dólar, que aumentou o custo de produção e elevou o volume do grão exportado; da diminuição da área plantada nos últimos anos; e do abandono da

política de estoques reguladores por parte do governo.

Óleo de soja: a alta generalizada ocorreu devido ao elevado volume de exportação de soja e derivados, por causa do real desvalorizado em relação ao dólar e da forte demanda externa.

Batata: a elevação dos preços deveu-se à redução na oferta do tubérculo, devido ao clima adverso, especialmente o de melhor qualidade.

Açúcar: exportações aquecidas limitaram a oferta interna, mesmo com maior produção de cana-de-açúcar.

Farinha de trigo e pão francês: o real desvalorizado diante do dólar encareceu a importação do trigo e derivados.

Tomate: houve redução da área plantada e influência de fatores climáticos.

Cesta Básica Nacional de Alimentos Tomada especial – janeiro de 2021

Maior valor no mês	São Paulo	R\$ 631,46
Menor valor no mês	Aracaju	R\$ 453,16
Maior alta	João Pessoa	4,47%
Maior queda	Campo Grande	-2,14%
Salário Mínimo Necessário (SMN)		R\$ 5.304,90
SMN em relação ao Salário Mínimo		4,82
Salário Mínimo		R\$ 1.100,00

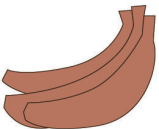




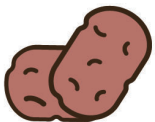
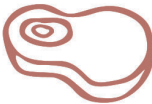
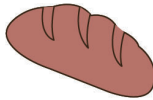



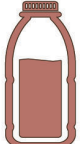

Fonte: DIEESE

INPC-IBGE (jan/20 a dez/20)	12 meses
Geral	5,45%
Alimentação e bebidas	15,53%
Alimentação no domicílio	18,88%
Alimentação fora do domicílio	5,16%

Índices de Inflação	Mensal dez de 2020 (%)	12 meses jan/20 a dez/20 (%)	Projeção de inflação %		
			fev/20 a jan/21	mar/20 a fev/21	abr/20 a mar/21
INPC	1,46	5,45	5,65	6,03	6,18
IPCA	1,35	4,52	4,62	4,84	5,07

Projeção de inflação: para o INPC: 0,38% em janeiro; 0,53% em fevereiro e 0,32% em março de 2021. Para o IPCA, 0,31% em janeiro; 0,46% em fevereiro e 0,29% em março de 2021. As estimativas foram elaboradas em 22/01/2020

Variação dos preços dos produtos da cesta básica de alimentos Cidade de São Paulo - Dezembro de 2020

BANANA	AÇÚCAR	ARROZ	ÓLEO DE SOJA	
 8,46%	 6,50%	 4,57%	 4,35%	
CAFÉ	BATATA	CARNE DE PRIMEIRA	PÃO FRANCÊS	
 3,71%	 2,75%	 2,39%	 2,13%	
FEIJÃO	MANTEIGA	FARINHA DE TRIGO	LEITE	TOMATE
 0,41%	 -0,86%	 -0,91%	 -1,37%	 -17,46%

Fonte: DIEESE